



A produção científica – especialmente no campo das Ciências Humanas – está quase sempre relacionada às preocupações que marcam historicamente seu tempo. Daí nosso empenho em registrar o clima sociopolítico em que publicamos cada número do nosso periódico. Os historiadores do futuro – bem como outros cientistas sociais – encontrarão em nossas publicações, elementos para caracterizar, não só o campo dos estudos rurais, ao qual temos nos dedicado por mais de três décadas – mas também a trama política na qual tais estudos se inserem. E quais são as marcas que nos assombram nesses tempos difíceis ao qual fomos arrebatados desde 2016, quando um golpe tirou nossas esperanças do horizonte histórico em que vivíamos? Tempos nos quais lutávamos, com esperanças renovadas, pela reforma agrária e pela justiça social no campo. Formas de violência foram sempre as marcas das ações movidas pelo latifúndio. Sentimos perspectivas sombrias no país acéfalo – o país do agronegócio, onde mais de 100 milhões de pessoas estão em insegurança alimentar, enquanto 20 milhões já passam fome.

O cenário político brasileiro mostra claramente, através de políticas públicas contra a reforma agrária, retrocessos em várias dimensões. As famílias assentadas nos últimos anos são resquícios diretos do governo Dilma Rousseff ou substituições de famílias que saíram de assentamentos já existentes. Os desdobramentos são provas desta tragédia anunciada. Em 2011, o orçamento para aquisição de terras destinadas à reforma agrária era de R\$ 1,6 bilhão. Este ano, o montante não passa de R\$ 12,2 milhões, menos de 1% de uma década atrás. Os retrocessos se estendem aos povos indígenas e comunidades quilombolas. O próprio INCRA reconhece que nos últimos dois anos não ocorreram desapropriações. Assiste-se a uma crise de insuficiência orçamentária e de má vontade política associada ao aniquilamento dos direitos e mesmo de atentados contra a existência de grupos de nossa ruralidade.

Este número de Retratos oferece à leitura trabalhos que compuseram as sessões e foram apresentados durante o IX Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, que teve como tema *Relações campo-cidade em discussão: superando dualidades em tempos de pandemia*. A presente edição pode ser considerada também um registro de um evento realizado de forma remota em razão da pandemia e seus desafios. Após o simpósio realizamos convite aos autores dos trabalhos apresentados e que mais se destacaram durante as sessões, a partir de indicações dos coordenadores, para que fossem enviadas colaborações à revista.

Os temas abrangidos pelo simpósio, de forma mais que entrelaçados, formam um verdadeiro emaranhado de relações, tanto no plano conceitual, cujas abstrações teóricas não dão conta de estabelecer diferenças entre eles de forma definitiva (dado o caráter dinâmico das mudanças sociais que os afetam), como, principalmente, no plano factual, ou seja, na vida, no cotidiano dos atores sociais.

Buscou-se ainda recolocar no centro do debate a importância da existência de famílias rurais

que, em pleno século XXI, enfrentam desafios político-institucionais que remontam ao século XIX e que ameaçam conquistas no plano do reconhecimento social, dos direitos e das políticas públicas. Os debates buscaram contemplar as perspectivas de futuro a partir das possibilidades de um projeto de desenvolvimento rural que priorize os conhecimentos, as autonomias, a soberania alimentar e estilos de agricultura sustentáveis, que sirvam de base para uma abordagem sobre a qualidade de vida e o bem viver dos camponeses e, a partir deles, da sociedade como um todo. Acreditamos que estes devem ser princípios fundamentais para se pensar a sociedade de hoje.

Abrimos o volume com a conferência do simpósio, proferida pela Prof. Dulce Whitaker, no qual a autora faz um precioso esforço analítico no sentido da superação das dualidades entre campo e cidade. Partindo de uma autocrítica do próprio campo da Sociologia, manifesta-se o meio rural como objeto sociológico dos mais atuais, sobretudo com suas interfaces para a compreensão da pós-modernidade. Por outro lado, reconhece que a compreensão da história econômica e social do Brasil, fundamentada no latifúndio escravocrata e agroexportador, bem como na luta contra este estado de coisas, passa por inúmeras questões agrárias e rurais. Partindo da ruralidade mais familiar à autora, e chegando até uma reflexão sobre como a reforma agrária é necessária para a justiça social e ao desenvolvimento do país, o artigo é um verdadeiro convite à interdisciplinaridade no campo da Sociologia Rural.

Problematizando o que se convencionou chamar de questão agrária, o artigo seguinte apresenta uma leitura alternativa àquela construída pelo pensamento conservador, segundo a qual, agronegócio seria a solução dos problemas agrícolas e agrários no país. A hipótese centralizadora do artigo é de que o poder econômico e extra econômico do agro latifundiário no país é um elemento estrutural e estruturante da questão agrária brasileira pelas imbricações entre economia e política. O artigo discute, acertadamente, o que o agro latifundiário brasileiro mantém, sua essência no processo de acumulação ampliado de capital por sua capacidade, legal o não, de aprovação privada e concentrada da terra e de fundos públicos.

Após apresentar a trajetória histórica e o quadro recente do agro latifundiário brasileiro, os autores mostram, com riqueza de dados que sob o manto do discurso do aumento de produtividade, da liberdade de mercado, da chamada modernidade e do crescimento das exportações, os sistemas de crédito e de financiamento brasileiros privilegiaram o caráter seletivo, concentrador e desigual das estruturas produtiva, distributiva, agrícola e agrária. A desigualdade de acesso à propriedade é colocada no centro da questão agrária brasileira.

Os artigos seguintes compõem uma série de trabalhos sobre agroecologia, movimentos sociais, ações de solidariedade, processos participativos de certificação e de construção de conhecimentos, que apontam possibilidades e caminhos para o desenvolvimento rural.

O primeiro deles tem grande importância simbólica, sobretudo quanto ao tema, ao ser abordada a produção e a distribuição de alimentos dos movimentos sociais em ações de solidariedade durante a pandemia. Experiências que emergem com frequência nas mídias

alternativas e cada vez mais na grande mídia, a partir das quais evidencia-se o quanto o bem viver camponês se estende às cidades e contribui com as reduções das vulnerabilidades sociais. As ações concretas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de outros movimentos no combate à pandemia podem mudar a percepção da população sobre a questão agrária. Examinam-se as interações entre campo e cidade, a partir de questões ligadas à disseminação da Covid e põe em questão duas vertentes: o sistema alimentar baseado no agronegócio e, em contraposição, o papel e os desafios da reforma agrária, dos assentamentos e da agroecologia diante da crise sanitária e socioeconômica decorrente.

O artigo tem como parâmetros ações de solidariedade e de articulação entre camponeses(as) e trabalhadores(as) urbanos(as) promovidas pelos movimentos sociais durante a pandemia. Buscou-se construir uma fundamentação teórico-conceitual sobre a importância da reforma agrária e da agroecologia para promoção do direito humano à alimentação, à saúde e à qualidade de vida. Discutiu-se a construção de canais de solidariedade, articulação e alianças entre os diversos segmentos da classe trabalhadora em diferentes escalas, local, nacional e internacional a fim de se romper com a lógica do capital no circuito do sistema alimentar.

Os dois artigos seguintes são casos de possíveis sistemas agroalimentares agroecológicos, que têm sido cada vez mais objetos deste campo científico, graças ao aumento dessas experiências e do envolvimento das pessoas e das instituições. No primeiro apresenta-se uma experiência de feira agroecológica em Buenos Aires, dentro de um programa municipal de abastecimento de feiras livres em parques. No segundo, o uso de ferramentas remotas em um Sistema Participativo de Garantia durante a pandemia e sua avaliação em Minas Gerais. Os artigos apresentam um amadurecimento teórico ora relacionado à soberania alimentar, ora aos processos participativos, mas também mostram um nível de detalhamento das experiências como método de estudos de caso. Isso contribui bastante para a construção de conhecimentos científicos para a sociedade, são conhecimentos construídos e apropriados em conjunto com outros agentes sociais como os agricultores e suas organizações formais, técnicos, gestores, consumidores, estudantes e pesquisadores.

O artigo seguinte apresenta exatamente os resultados de uma pesquisa-ação da Embrapa Meio Ambiente, de Jaguariúna, em conjunto com os assentados do PDS Sepé Tiarajú, em São Paulo. Após a instalação de uma área demonstrativa, o projeto vem construindo conhecimentos sobre Agroflorestas e contribuindo para as famílias desenvolverem sistemas agroflorestais desde a instalação do assentamento. A experiência se refere à implantação da unidade e os desafios para mantê-la e para realizar atividades associadas, como dias de campo e oficinas técnicas. Outro artigo, nesta mesma linha, tem por princípio a promoção da saúde pública e o desenvolvimento sustentável. Apresenta uma experiência de prática extensionista voltada para a implantação de uma tecnologia social de saneamento no assentamento Nova São Carlos. Levada adiante pelo grupo GEISA (Grupo de Estudos e Intervenções Socioambientais) da Universidade de São Paulo, foi selecionado um lote através de um diagnóstico socioambiental e, tomando por base o diálogo

com os assentados, foi implementada uma tecnologia social de saneamento descentralizado. Privilegiou-se como objetivo a valorização da saúde dos moradores e a promoção de educação ambiental para as pessoas envolvidas na atividade. As reflexões do artigo permitem discutir as potencialidades do uso das tecnologias sociais no campo das políticas públicas e reiterar a importância da relação pesquisa-extensão para o retorno social do conhecimento produzido.

Como último bloco de artigos, finaliza-se esta edição com artigos que retomam a pauta das lutas sociais por direitos e reconhecimento. Primeiro um artigo sobre as lutas de grupos de mulheres assentadas na construção de suas identidades e organizações. Posteriormente, os artigos abordam a regularização ambiental, os direitos e conflitos envolvendo indígenas, retomando o tema do aniquilamento dos direitos e a existência de grupos indígenas, infelizmente tão atual no Brasil de 2021.

As mulheres assentadas e suas lutas pela terra são retratadas a partir da história de dois grupos de assentadas em diferentes regiões do estado de São Paulo, organização de Mulheres Unidas (OMUS) no assentamento gleba XV de novembro em Rosana e a Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI (AMA), em Araraquara. Apesar de adversidades, por meio de estratégias individuais e coletivas, estas mulheres vêm tensionando as relações de gênero estabelecidas nos espaços rurais demonstrando a relevância de seus trabalhos, contribuindo para a permanência delas e de suas famílias na terra, trazendo melhorias para o assentamento. O artigo aponta a perspectiva de serem fragilizadas as dicotomias entre trabalho e ajuda, espaço doméstico e espaço público, o que reforça a constatação de que as estratégias de reprodução e a situação geográfica são fluidas, estando em continuada transformação, num movimento capaz de subverter hierarquias e opressões.

O tema da gestão florestal e da regularização ambiental é privilegiado em um estudo de caso exploratório que expõe o verdadeiro “caos fundiário” existente na Amazônia Legal. Trabalhando com fontes documentais e bibliográfica, identifica-se algumas ideias institucionalizadas e conflitos de interpretação dos marcos legais, que contribuem para a persistência da apropriação ilegal de terras e recursos florestais. Junto a esta problemática, associam-se as ameaças aos direitos dos indígenas que permeiam nossa história. A prescrição constitucional que lhes garante os direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam é objeto de controvérsias e interpretações discordantes.

Por outro lado, é bastante significativo que, em pleno século XXI, o segmento social que mais tem pressionado e se mobilizado na luta pela terra no Brasil é o conjunto de etnias indígenas. Os indígenas lutam por reconhecimento e por direitos garantidos na Constituição. O que era um estigma de invisibilidade na arena política brasileira acabou por ser um elemento de vantagem desses sujeitos no processo constituinte. Ao longo desses vinte anos, os movimentos indígenas se organizaram para reivindicar direitos que lhe são constitucionalmente garantidos.

Apesar dos indígenas não terem uma articulação histórica com as organizações de trabalhadores rurais, mais recentemente, as populações indígenas de várias regiões do país

vêm adotando táticas consagradas pelos sem-terra nas suas reivindicações por demarcação e ampliação de terras indígenas, tornando-se os principais entraves ao pleno desenvolvimento do agronegócio.

A luta pela Terra (e por uma ressignificada reforma agrária) parece que continua transmutando os sem terras em indígenas e indígenas em sem Terra. O imbróglcio legal e os desafios políticos que marcam essas demandas expressam as contradições e ambiguidades de nossa modernidade inconclusa.

Esse número de Retratos acrescenta à relação rural-urbano os problemas relacionados com a produção de commodities e a insuficiência de produção e de acesso aos alimentos. Campanhas de solidariedade coordenadas pelo MST e outros movimentos sociais têm se encarregado de distribuir alimentos aos desempregados e famílias em situação de pobreza. As inúmeras iniciativas de doação de alimentos partiram também de acampamentos, assentamentos, comunidades tradicionais, unidades de produção da agricultura familiar, contando com a colaboração de cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais. Mesmo com a mobilização prejudicada pela pandemia, os movimentos não esmorecem.

Em outro plano de resistência, o nosso periódico Retratos de assentamentos continua bem vivo, a semear possibilidades de futuro e de análise da paralisia proposital que permeia as políticas de assentamentos e os processos de reforma agrária.

Os editores.